

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 04 de junho de 2025 às 07h52
Seleção de Notícias

Migalhas | BR

Direitos Autorais

| | |
|--------------------------------|----------|
| MIGALHAS nº 6.112 | 3 |
| <small>MIGALHAS</small> | |

MSN Notícias | BR

Patentes

| | |
|--|-----------|
| Pra quem não viu: Ferrari processa brasileiro que criou réplica de modelo raro da empresa | 10 |
|--|-----------|

Pirataria

| | |
|--|-----------|
| Caça às camisas piratas: clubes criam equipes para combater prejuízo de R\$ 9 bilhões | 11 |
| <small>REDAÇÃO</small> | |

Folha de S. Paulo | BR

04 de junho de 2025 | Direitos Autorais

| | |
|--|-----------|
| Mendonça retoma julgamento do Marco Civil da Internet com voto favorável às Big Techs | 14 |
| <small>POLÍTICA</small> | |

G1 - Globo | BR

Patentes

| | |
|--|-----------|
| Unicamp chega a maior número de transferências de tecnologias | 17 |
| <small>SÃO PAULO</small> | |

Veja.com | BR

Pirataria

| | |
|--|-----------|
| Nordeste é o maior centro de cigarros piratas do país | 19 |
| <small>VALÉRIA FRANÇA</small> | |

MIGALHAS nº 6.112



Terça-Feira, 3 de junho de 2025 - Migalhas nº 6.112.

Fechamento às 07h43.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador:

ALDS Advogados Associados

()

"Provar não é simplesmente alegar."

Rui Barbosa

Usando e abusando

Candidata reprovada em teste físico de concurso da PM tentou reverter o resultado com vídeo adulterado por inteligência artificial. Justiça identificou a inserção artificial de um cronômetro e apontou falta de rastreabilidade e transparência. ()

Tecnologia, acesso e o paradoxo jurídico

Ministro Herman Benjamin manteve no ar a plataforma "Resolve Juizado", que oferece petições iniciais feitas com o auxílio de inteligência artificial por R\$ 19,90. S. Exa. entendeu que o pedido foi apresentado por meio inadequado. Destacou ainda que não há risco à ordem pública e defendeu o papel da tecnologia no acesso à Justiça, dizendo que é paradoxal impedir o uso de ferramentas digitais por usuários que, nos termos da lei, já possuem direito de

litigar sem advogado. ()

Fonte de conhecimento

Aluno autista do 1º semestre de Direito venceu ação no Juizado Especial sem advogado, sem IA e munido apenas do conhecimento adquirido, vejam só, no portal Migalhas. "Foi o aprendizado acumulado com o site que me deu base para enfrentar esse desafio", contou. ()

Migalhas dos leitores - Das migalhas ao pão

"Parabéns, Jefferson! Desejo-lhe muito sucesso. Andamos carentes de boas notícias. Hoje, o Migalhas nos ofereceu um 'pão inteiro'." Maria Helena Chinnellato

"Não dá"

Prefeito Eduardo Paes vetou integralmente o projeto de lei que criava o Dia da Cegonha Reborn no Rio de Janeiro. "Com todo respeito aos interessados, mas não dá", disse o prefeito com sua espontaneidade tão conhecida (e admirada). ()

Sem entrelinhas

STJ cassou decisão que reincluiu indenização por danos morais em liquidação de sentença, contrariando acórdão anterior da Corte. O juízo de 1º grau havia entendido que a exclusão determinada pelo Tribunal se aplicaria apenas à empresa, e não aos sócios. Relatora da reclamação, ministra Nancy Andrighi foi taxativa: "Não há entrelinhas nos julgamentos do STJ. O dispositivo do acórdão é o único a fazer coisa julgada." Além de considerar a conduta como má-fé processual, a Corte impôs multa de 1% sobre o valor da causa. ()

Caminho errado

4ª turma do STJ afastou a desconsideração da per-

sonalidade jurídica aplicada a filhos de empresário que receberam bens antes da execução. Para o relator, ministro Antonio Carlos Ferreira, a responsabilização de terceiros deve ocorrer por ação própria, como ação pauliana, e não via IDPJ. ()

Fraude à execução

TST manteve penhora de imóvel transferido de sócio executado para filha, reconhecendo fraude à execução. ()

Para além do estigma

TST reconheceu dispensa discriminatória de funcionária demitida dias antes de realização de cirurgia para endometriose. ()

Funk no banco dos réus

A prisão temporária de MC Poze do Rodo, no último dia 29, reacendeu o debate sobre os limites entre arte, criminalidade e seletividade penal. Acusado de associação e apologia ao tráfico, o cantor foi detido em casa, no Rio, sob alegação de que suas músicas e apresentações exaltariam chefes do Comando Vermelho. A defesa nega vínculo com facções e aponta prisão arbitrária, uso indevido de algemas e exposição midiática. O caso ocorre em meio à tramitação das chamadas "leis Anti-Oruam", projetos que visam proibir o uso de recursos públicos para contratar artistas cujas músicas contenham apologia ao crime. ()

"Wi-fi, com muito orgulho"

STF condenou professora de educação infantil que foi presa em quartel de Brasília após os atos de 8 de janeiro. Ela ganhou notoriedade após ser liberada da prisão e "ostentar" sua tornozeleira eletrônica. "Wi-fi com muito orgulho", disse em vídeo. ()

Novo Apoiador

ALDS Advogados Associados atua em áreas relacionadas ao turismo em geral e problemas envolvendo infraestrutura aeroportuária. A missão da banca, com sede em SP, é ser referência em questões envolvendo o turismo, possibilitando ao consumidor e ao pequeno e médio empresário um atendimento de qualidade. e conheça o novo Apoiador do Migalhas.

Custas ao MP

Reconhecida repercussão geral, STF vai julgar se o Ministério Público pode ser condenado a pagar custas processuais, despesas e honorários advocatícios nos casos em que o órgão seja derrotado ao buscar o ressarcimento do patrimônio público. (Clique aqui)

Fato consumado

STF manteve no cargo oficial da PM do Amazonas, nomeada por decisão judicial depois revogada. Para a Corte, boa-fé e estabilidade justificam aplicação da teoria do fato consumado. ()

Foto sem contexto

TRT-2 manteve o depoimento de testemunha, rejeitando a alegação de amizade íntima baseada apenas em foto de festa sem comprovação de vínculo pessoal. ()

Desconto indevido

Juiz condenou seguradora a restituir valor de IPVA descontado da indenização de perda total de veículo. ()

Falta de segurança

Ceará Sporting Club deverá indenizar em R\$ 224,3 mil torcedor que ficou paraplégico após acidente no estádio Castelão, em Fortaleza/CE. ()

Direito subjetivo

Juíza determinou nomeação de candidata que ficou em segundo lugar em concurso para supervisora de ensino após o município não convocá-la mesmo com a desistência da primeira colocada. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Levando a sério o erro judiciário

Ministros Maria Thereza de Assis Moura e Rogerio Schietti Cruz, juntamente com o professor Fernando Braga, exploram os desafios práticos do modelo racional de valoração da prova - discussão que estará no centro da "2nd Michele Taruffo Girona Evidence Week". ()

Informação Privilegiada

O avanço da IA desafia o Direito Penal: quem responde pela fraude digital? A máquina, seu criador ou seu usuário? Eloísa Kuster Bauer traz as respostas na coluna de hoje. ()

Migalhas Criminais

Com precisão técnica e sensibilidade, Cíntia Cecilio destaca o marco do STF que amplia a lei Maria da Penha para mulheres trans, travestis e casais homoafetivos, avançando na proteção penal LGBTI+. ()

Migalhas de Responsabilidade Civil

Felipe Cunha de Almeida discute a responsabilidade civil de provedores no combate à pornografia de vingança e a proteção legal de crianças e adolescentes online. ()

Jurisprudência do CPC

Reformulada no art. 966 do CPC, a ação rescisória prioriza a segurança judicial. Mirna Cianci acende o alerta para a mudança e para os novos debates no processo civil. ()

Migalhas de Direito Médico e Bioética

A transformação da judicialização da saúde no Brasil é tema abordado por Juliana Hasse, que destaca o papel da medicina baseada em evidências e os desafios do setor suplementar. ()

Insolvência em foco

João de Oliveira Rodrigues Filho analisa os desafios e avanços no tratamento do crédito fiscal na recuperação judicial após as reformas da lei 14.112/20. ()

Papo Jurídico

STJ garante direito do consumidor: o prazo de 30 dias do CDC não limita o dever de indenizar por vício do produto. Guilherme Galhardo Antonietto comenta a decisão. ()

Migalhas de peso

- "Vale a pena aplicar o 'Premium Processing' para as petições de I-140?", por Witer Desiqueira (Witer, Pessoni & Moore an International Law Corporation). ()

- "Saúde mental, as bets e o TCU", por Giussepp Mendes (Pinheiro & Mendes Advogados). ()

- "Quando errar custa a vaga: O que todo concurseiro precisa saber sobre questões com vício em prova objetiva", por Ricardo Nascimento Fernandes (Fernandes Advogados). ()

- "O seguro rural como instrumento jurídico de estabilização da atividade agrícola", por Claudinéia Pereira (Jacó Coelho Advogados). ()

- "A embriaguez e sua repercussão nas diferentes modalidades de seguro", por Felipe Gingold, Luis Lucas Nunes de Sá Caldas e Vinicius Barbosa (Moura Tavares, Figueiredo, Moreira e Campos Advogados). ()

- "Comentários ao anteprojeto do Código de Processo do Trabalho: Da remessa necessária (art. 477)", por Leonardo Camargo (Pereira Advogados). ()

- "Alienação de direitos creditórios na falência na perspectiva do PL 3/24", por Michel Malaquias (Bismarchi | Pires Sociedade de Advogados). ()

- "A controladoria jurídica em prol dos resultados", por Thaynara Andretta (Rücker Curi Advocacia e Consultoria Jurídica). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Esclarecimento

No dia 14/5, Migalhas publicou, de forma equivocada, que o escritório Ayres Ribeiro Advogados passaria a adotar um novo nome. O escritório continua em plena atividade, prestando seus serviços normalmente, com sua estrutura inalterada, nos mesmos endereços - em Belo Horizonte e São Paulo - e com a mesma equipe.

Expansão

Ronaldo Martins & Advogados inaugura novo escritório em Madrid, na Espanha. A expansão representa um passo estratégico na consolidação da presença global do escritório. Os trabalhos serão liderados pela advogada Aline Dantas, especializada em Direito Internacional e Cibersegurança. ()

Baú migalheiro

Há 124 anos, em 3 de junho de 1901, nasceu José Lins

do Rego Cavalcanti, escritor brasileiro reconhecido como um dos principais nomes do romance regionalista. Seu livro de estreia, Menino de Engenho (1932), foi o primeiro dos cinco que compõem o chamado "Ciclo da Cana-de-Açúcar", centrado na decadência dos engenhos nordestinos. Secretário-geral da Confederação Brasileira de Desportos entre 1942 e 1954, José Lins foi descrito como "o último contador de histórias". (Compartilhe)

Sorteio

Participe do sorteio da 4ª edição da obra coletiva "CLT Comentada Artigo por Artigo" (Editora Mizuno, 780p.), organizada por Ricardo Calcini (Calcini Advogados), Abel Ferreira Lopes Filho e João José da Fonseca. ()

Novidade

Milaré Advogados divulgou "Newsletter Maio 2025". ()

Migalhíssimas

Amanhã, das 8h30 às 11h, em SP, Machado Meyer Advogados promove o evento "Futuro Patrimonial: Desvendando as Novidades Tributárias e Sucessórias", com a participação de especialistas do setor jurídico e financeiro. Entre os palestrantes confirmados estão os sócios Camila Galvão, Fernando Colucci e Rafael Stuppiello; Liliana Berthier, COO e Head Comercial da Lifetime Asset Management; e Maria Luiza Tonon, advogada de wealth planning da Lifetime Investimentos. Presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados) profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Arbitragem", amanhã, às 11h, pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ", com o tema "Arbitragem e Direito Internacional". Joaquim Muniz (Trench Rossi Watanabe) também participa do encontro. () Acontece amanhã, às 18h, na 7ª sessão ordinária híbrida do IAB, a posse presencial de Rodrigo Dias de Pinho Gomes (Pine Data Officer). No dia

12/6, Cassio Namur, de Tortoro, Madureira e Razzzi Sociedade de Advogados, participa como moderador do painel "El impacto de la IA y las nuevas tecnologías en el derecho de familia: ética y responsabilidad jurídica", durante o "VI Congreso Internacional da AIJUDEFA". O evento, que tem como mote "La familia: Una constante en evolución", acontece de 10 a 13/6, em Nova York. Luiz Fernando de Almeida Guilherme (Almeida Guilherme Advogados Associados) coordena os cursos de especialização "Meios adequados de soluções de conflitos, arbitragem e mediação" e "Gerenciamento jurídico utilizando IA, ESG e Compliance", organizados pelo Disruptive Law Institute e a Universidade de Salamanca - Espanha. Ele ministra a primeira aula, dia 20/6. Pedro Marcos Nunes Barbosa, de Denis Borges Barbosa Advogados, na qualidade de presidente da comissão de **Direitos** Autorais, Direitos Imateriais e Entretenimento da OAB/RJ, promoverá a palestra "Direito de Autor e Concorrência", em conjunto com a comissão de Direito da Concorrência da seccional. Raul Murad, também sócio do escritório, será um dos palestrantes. Dia 24/6, na sede da OAB/RJ, às 10h. () Maurício Felberg (Felberg Advogados Associados) contribuiu para a matéria da CNN que denunciou a venda de listas do INSS com dados de aposentados para advogados que desejam prospectar clientes que tenham pendências no órgão. () Dia 29/5, o Ibajud promoveu o "1º Fórum #porElas", reunindo figuras femininas de destaque no Direito Empresarial e Falimentar do Brasil. A ocasião também celebrou o lançamento do livro "Mulheres na Insolvência - Parte II", uma coletânea com artigos de 90 autoras de diversas regiões do país. Rosely Cruz, fundadora do Ibajud e sócia de Cruz, Amaral, Vilela e Magalhães by neolaw, conduziu a abertura do fórum, defendendo igualdade de gênero no Direito e homenageando Esperança Garcia, símbolo da luta feminina na advocacia. () A ABRACAM aderiu ao Programa ESG20+ e ao Marco Regulatório do ESG, reforçando o compromisso das Câmaras Municipais com a sustentabilidade. Sóstenes Marchezine, vice-presidente do Instituto Global ESG e sócio-diretor da banca Arnone Advogados As-

sociados, reuniu-se com Rogério Rodrigues, presidente da entidade, e destacou a importância dessa parceria estratégica. () PUC-SP celebra a trajetória do professor Wagner Balera com a solene outorga do título de Professor Emérito. ()

Listas

OAB/SP propõe implementar, em todo o país, a paridade de gênero e cotas raciais nas listas sêxtuplas do Quinto Constitucional. ()

Transição energética

No dia 13/6, a AASP promove o seminário "Transição Energética". O evento será híbrido e a programação inclui sete painéis ao longo do dia. ()

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

MA/Barra do Corda

MG/São João da Mata

RO/Jaru

RO/São Francisco do Guaporé

SP/Biritiba-Mirim

SP/Gália

SP/Reginópolis

TO/Augustinópolis

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Man is charged with hate crime in flame attack"

The Washington Post - EUA

"A dramatic display in Sicily"

Le Monde - França

"De nouveaux espoirs de guérison contre le cancer"

Corriere della Sera - Itália

"Meloni: al seggio per i referendum ma non voterò"

Le Figaro - França

"Bayrou face à l'impossible équation du budget"

Clarín - Argentina

"Cristina se presentará como candidata en Provincia para eludir una eventual condena"

El País - Espanha

"El fallo sobre la amnistía da un respiro a un Gobierno asediado"

Público - Portugal

"AD, PS e Chega unem-se para eleição de Aguiar-Branco como presidente da AR"

Die Welt - Alemanha

"Rechtsnationalist Nawrocki wird polens neuer Präsident"

The Guardian - Inglaterra

"Starmer pledges to make Britain 'battle-ready' with drones and AI"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Grandes empresas veem risco em projeto de lei que facilita licenças ambientais"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Governo estuda usar R\$ 35 bilhões do petróleo para compensar IOF"

O Globo - Rio de Janeiro

"Governo busca receitas para cobrir alta do IOF, e Haddad fala em ajustes 'estruturantes'"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Uma nova saída para um velho problema"

Correio Braziliense - Brasília

"Galeno, a festa da brasilidade"

Zero Hora - Porto Alegre

Continuação: MIGALHAS nº 6.112

"Petrobras reduz preço do litro da gasolina em R\$ 0,17 para as distribuidoras"

O Povo - Ceará

"As máfias internacionais por trás dos influenciadores de apostas"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Estatais registram pior déficit em um primeiro quadrimestre"

Pra quem não viu: Ferrari processa brasileiro que criou réplica de modelo raro da empresa

Um dentista de Cachoeira Paulista (SP) enfrentou problemas judiciais após criar uma réplica improvisada de uma Ferrari F40 na garagem de sua casa. O FLIPAR mostrou e republica para quem não viu. Em 2018, por conta de dificuldades financeiras, o homem anunciou sua réplica da Ferrari por R\$ 80 mil em uma plataforma online, mas retirou o anúncio após duas semanas. O caso chamou a atenção da Ferrari, que logo contratou um advogado brasileiro para representá-la. A montadora denunciou o dentista por violação da lei de patentes, alegando que ele usou o design do carro, protegido como propriedade intelectual, para fins lucrativos. A denúncia também solicitava a apreensão do veículo para perícia e, caso o crime fosse comprovado, sua destruição. José Vitor Estevam Siqueira foi condenado a parar de fabricar ou vender réplicas e a pagar indenização por danos materiais e lucros cessantes. Na época, Vitor justificou a venda como uma tentativa de superar problemas financeiros enfrentados após o furto de todos os equipamentos de seu consultório odontológico, o que o impediu de continuar trabalhando. Inicialmente, ele decidiu vender o carro, mas acabou optando por negociar a clínica e apagou o anúncio pouco depois. Sua dívida judicial acumulou na ocasião em R\$ 42,5 mil.

As contas do dentista revelaram ser de apenas R\$ 887,74, que foram bloqueados e convertidos em penhora. José Vitor chegou a processar a Ferrari por danos morais. Ele pediu R\$ 100 mil, alegando impactos psicológicos e exposição pública, mas teve o pedido negado. O protótipo foi apreendido para passar por uma perícia. José Vitor chegou a usar as redes sociais para expressar sua preocupação. A réplica foi apreendida para ser destruída. O caso segue em disputa judicial e, até o momento (19/11/24), as partes ainda

não se manifestaram sobre o desfecho. Segundo a Ferrari, a empresa tem feito esforços no Brasil para identificar e combater a fabricação de réplicas e o uso indevido de sua marca. Desde criança, José Vitor nutre uma paixão pela Ferrari, o que o motivou a começar a construir a réplica de forma artesanal, ainda em 2017. Embora seja dentista, ele se considera um entusiasta de ciência e tecnologia e utilizou máquinas que ele mesmo desenvolveu, aperfeiçoando o processo de construção por meio de tentativa e erro. Lançada em 1987, a Ferrari F40 foi o último modelo supervisionado por Enzo Ferrari, fundador da marca. Com velocidade máxima de 300 km/h, o carro é uma raridade, com pouco mais de mil unidades no mundo, e seu preço chega a ultrapassar R\$ 4 milhões. Já a réplica criada por José Vitor foi construída a partir de materiais simples comprados em ferragens e lojas de construção. Ele fabricou as chapas e moldou o automóvel em um laboratório improvisado nos fundos de sua casa, que fica em Cachoeira Paulista. "Era um sonho infantil, inocente, eu não imaginei que poderia isso.

Eu aceitei como um desafio para mim mesmo e comecei a estudar, investir tempo e dinheiro para que saísse do papel", contou, em entrevista ao g1. A Ferrari é uma icônica fabricante italiana de carros esportivos, fundada por Enzo Ferrari (foto) em 1939 e oficialmente lançada como marca em 1947. Reconhecida mundialmente pelo alto desempenho, design exclusivo e luxo, a empresa tem forte presença no automobilismo, especialmente na Fórmula 1, onde é a equipe mais vitoriosa da história. A marca é um símbolo de exclusividade, inovação e potência, com carros de produção limitada e valores que ultrapassam milhões de reais.

Caça às camisas piratas: clubes criam equipes para combater prejuízo de R\$ 9 bilhões

Quer se manter informado, ter acesso a mais de 60 colunistas e reportagens exclusivas? Assine o Estadão aqui!

Após acertar o retorno de Neymar, o Santos decidiu pela criação de um "Departamento de Planejamento e Assuntos Estratégicos", responsável por fomentar a defesa econômica de propriedades, especialmente os materiais esportivos, produtos licenciados e direitos de transmissão do clube. A iniciativa se deu após a grande repercussão da venda da camisa 10, que já gerou mais de 10 milhões de novos seguidores em 2025 e quase 30 mil adesões nos planos do Sócio Rei ao Peixe.

Segundo o levantamento do FNCP, a **pirataria** produziu um prejuízo de meio trilhão de reais para a economia brasileira no último ano. No ramo de artigos esportivos, a última pesquisa revelou que 37% das camisas de times de futebol comercializadas são falsificadas, o que gerou um prejuízo de R\$ 9 bilhões aos clubes no ano de 2022.

"A criação deste departamento foi uma medida estratégica, tomada assim que confirmamos o retorno do Neymar Jr. Já superamos a meta de vendas de camisas para todo o ano de 2025 ainda no primeiro semestre, o que demonstra o tamanho do impacto. Proteger os ativos do clube, como produtos oficiais e direitos de transmissão, é fundamental para garantir novas receitas e preservar a imagem institucional. Combater a **pirataria** é uma forma de valorizar quem consome o produto original e investe diretamente no Santos", afirma o presidente do Santos, Marcelo Teixeira.

Segundo o levantamento do FNCP, a **pirataria** produziu um prejuízo de meio trilhão de reais para a economia brasileira no último ano. No ramo de artigos esportivos, a última pesquisa revelou que 37% das camisas de times de futebol comercializadas são

falsificadas, o que gerou um prejuízo de R\$ 9 bilhões aos clubes no ano de 2022.

"O Internacional atua há mais de 15 anos no combate à **pirataria** de seus produtos oficiais, em parceria com empresas especializadas e órgãos competentes. As ações presenciais seguem sendo realizadas, mas, nos últimos anos, grande parte do esforço foi direcionado ao ambiente digital, que passou a concentrar a maior parte da comercialização ilegal", explica Lucas Butier, Gerente de Negócios do Internacional, que complementa.

"Com a popularização das chamadas "camisas tailandesas", vendidas por meio de redes sociais e sites de comércio eletrônico, e enviadas diretamente ao consumidor final, o desafio se tornou ainda maior. Hoje, o foco principal está na identificação e derubada de perfis, páginas e lojas virtuais que atuam na venda de **produtos** piratas", diz.

Para combater a prática, a Volt Sport, empresa 100% brasileira que fornece material esportivo para mais de 10 clubes, firmou parceria com um escritório de advocacia especializado em monitoramento, identificação e combate à **pirataria** a partir da utilização de inteligência artificial.

"Já podemos considerar a **pirataria** como uma ameaça real para o crescimento sustentável do esporte no Brasil. Nós da Volt temos orgulho de ser uma empresa que investe em recursos e mecanismos para proteger nosso trabalho e o dos clubes parceiros. Esta parceria é uma alternativa inovadora e precisa para enfrentarmos juntos esse desafio e garantirmos um mercado mais justo e transparente," comentou Fernando Kleimann, sócio-diretor da Volt Sport.

A fornecedora também foi pioneira na utilização de linhas populares de produtos oficiais para combater a venda de produtos falsificados. Em 2023, em par-

Continuação: Caça às camisas piratas: clubes criam equipes para combater prejuízo de R\$ 9 bilhões

ceria com o Fortaleza, foram lançados produtos mais acessíveis para os torcedores a partir da linha "POP", com o objetivo de facilitar o acesso à artigos oficiais do clube para todos os públicos.

"Prezamos por envidar os melhores esforços junto à Volt para viabilizar modelos com custos menores, mas com boa qualidade, trazendo a essas peças o selo de originalidade dos produtos oficiais do clube" comenta Rafael Ximenes, diretor comercial do Fortaleza Esporte Clube.

O Fortaleza, foi também um dos primeiros clubes na utilização de linhas populares de produtos oficiais para combater a venda de produtos falsificados. Em 2020, o Leão realizou uma campanha com camisas oficiais do clube sendo vendidas por R\$ 59,90, em vez dos R\$225,00 do preço cheio. Na ocasião, as peças foram distribuídas por ambulantes parceiros do clube ao redor do estádio.

Pirataria produz camisa vermelha da seleção e é alvo da Polícia Civil

Agentes do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) apreenderam camisetas falsas em uma operação nesta terça-feira, no Brás, na zona leste de São Paulo.

Além dos uniformes tradicionais, havia até mesmo camisetas vermelhas da seleção brasileira. A camisa cresceu em meio a boatos e polêmicas sobre os trajes do time para a Copa do Mundo de 2026.

Os materiais estavam distribuídos em seis lojas. Os responsáveis pelos pontos comerciais foram enquadrados e detidos com base na Lei Geral do Esporte.

Sport também tem case de sucesso

No Recife, o Sport tem trabalhado pesado para tentar acabar com a **pirataria**. Há pouco mais de um ano, o clube firmou uma parceria estratégica com a Valinke, com o objetivo de proteger sua marca no ambiente digital e combater práticas de **pirataria** e uso indevido de sua identidade.

"Tínhamos um desafio claro: de proteger o patrimônio imaterial do clube diante de um cenário crescente de infrações digitais, e preservar nossa reputação frente à torcida e ao mercado", afirma Raphael Campos, vice-presidente executivo do Sport.

A atuação da Valinke combinou tecnologia de ponta com um olhar humano, proporcionando um acompanhamento contínuo e personalizado. Com um sistema robusto de monitoramento e qualificação, foi possível mapear e agir sobre milhares de ocorrências.

Os resultados dessa parceria foram os mais expressivos possíveis: 3.982 anúncios detectados nas principais plataformas digitais; 2.063 anúncios removidos, graças ao trabalho ágil de análise e takedown; mais de R\$ 1 milhão em **produtos** piratas removidos da internet, e taxa de sucesso acima de 98%. Tudo isso resultou em diversos acordos firmados, resultando em contratos cujos valores e quantidades permanecem sob confidencialidade, mas refletem a efetividade e seriedade do projeto.

"A colaboração entre Sport Recife e Valinke é um exemplo claro de como clubes e instituições podem se proteger de prejuízos financeiros e reputacionais ao investir

em soluções especializadas de Brand Protection. O caso demonstra o compromisso do clube com sua

Continuação: Caça às camisas piratas: clubes criam equipes para combater prejuízo de R\$ 9 bilhões

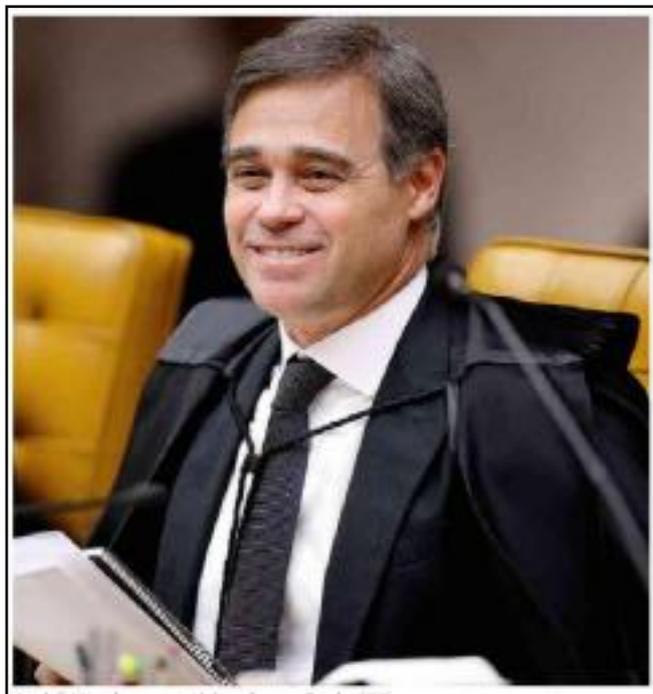
marca e com seus torcedores, e destaca a empresa como protagonista na transformação da proteção digital no esporte brasileiro", acrescenta Raphael Campos.

Na visão de Fábio Wolff, que há 28 anos presta consultoria e auxilia no planejamento, estratégia, desenvolvimento, criação e ativação do marketing a empresas no segmento esportivo, a conscientização é parte fundamental no combate à **pirataria**.

"Em alguns casos, os torcedores não refletem sobre o impacto financeiro que um produto não oficial pode causar ao seu time do coração, então a informação e a divulgação dos malefícios desse mercado se mostram cada vez mais importantes para uma relação mais saudável entre clube e torcedor. A conscientização é um dos pilares na diminuição do uso de produtos falsos no futebol brasileiro", conclui Fábio.

Mendonça retoma julgamento do Marco Civil da Internet com voto favorável às Big Techs

POLÍTICA



Mendonça retoma julgamento do **Marco Civil da Internet** com voto favorável às big techs

Ministro do STF tem posição de defesa da liberdade de expressão e entende que plataformas já têm lista de conteúdos proibidos

BRASÍLIA - O ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal), dará o voto da retomada prevista para esta quarta-feira (3) do julgamento das ações que discutem a responsabilidade das redes sociais.

A expectativa é que o magistrado abra uma terceira corrente, com um voto mais favorável às big techs. Mendonça tem posição de defesa da liberdade de expressão e se preocupa com possíveis excessos da decisão da corte.

O julgamento foi suspenso em dezembro após um pedido de vista - mais tempo para reflexão - de Mendonça, que devolveu a matéria ao plenário no último

dia 26. Na quarta (28), o presidente da corte, ministro Luís Roberto Barroso, definiu a data para o retorno do tema à discussão.

Até o momento, há três votos, dos relatores dos dois recursos (Dias Toffoli e Luiz Fux) e de Barroso, que pediu a primeira vista e abriu divergência. Os dois primeiros ficam numa ponta, impondo mais regras às empresas, enquanto Barroso apresentou proposta mais moderada.

Os relatores estabelecem deveres extras para as plataformas e, como nova regra geral, que as empresas passem a ser responsabilizadas a partir do momento em que forem notificadas.

Barroso, por sua vez, defendeu que o artigo 19 do **Marco Civil da Internet**, em discussão, é insuficiente para o cenário atual, que demandaria regulação, mas não deve ser derrubado por completo. Em casos de ofensas e crimes contra a honra, segundo ele, a necessidade de decisão judicial prévia deve continuar valendo. Mendonça deve, portanto, ter um voto mais próximo ao texto vigente e defender que as plataformas já mantêm listas de conteúdos maliciosos, hostis ou que de alguma maneira afetem negativamente os usuários de **internet**.

Além de Mendonça, faltam votar Flávio Dino, Cristiano Zanin, Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. O **Marco Civil da Internet** é uma lei de 2014 que estabelece direitos e deveres para o uso da **internet** no país.

À época, o artigo 19 foi aprovado sob o argumento de assegurar a liberdade de expressão. O objetivo era evitar que as redes removessem conteúdos por medo de serem responsabilizadas. O trecho em debate prevê que as big techs só possam ser responsabilizadas

Continuação: Mendonça retoma julgamento do Marco Civil da Internet com voto favorável às Big Techs

por publicações de terceiros, pagando indenizações, se não agirem após decisão judicial, com exceção de casos de violação de **direitos** autorais e imagens de nudez não consentidas.

O clima no STF é favorável a estabelecer limites às redes. No entanto, as variáveis colocadas no debate devem dificultar a construção da tese sobre o assunto.

Na segunda (2), Gilmar Mendes afirmou que o julgamento "pode significar, pelo menos, um esboço de regulação da mídia social".

Em um discurso duro, o ministro afirmou que a manutenção do status quo perpetua "um regime de irresponsabilidade" que permite às plataformas "exercerem poder quase que soberano sobre o discurso público sem qualquer supervisão democrática".

Ainda que apenas três ministros tenham votado até o momento, outros ministros têm feito comentários ao longo das sessões, no geral com críticas às big techs.

O ministro Flávio Dino, por exemplo, entende que o sistema legal instituído pelo marco não permanecerá nos mesmos termos. "Isso para mim é uma certeza aritmética", disse durante evento promovido pela revista Piauí.

Na ocasião, ele indicou que vai propor alguns elementos diferentes daqueles já apresentados pelos colegas em plenário. Na visão de Dino, hoje a quantidade de publicações feitas significa que a danosidade produzida pelas redes sociais é, também, maior que em 2014, quando o texto da lei foi concluído.

Os argumentos a respeito dos riscos à liberdade de ex-

pressão não são, para o ministro, sustentáveis na medida em que todos os setores da economia e da vida são regulados.

O ministro Alexandre de Moraes também deve dar um voto com mais obrigações às empresas e num sentido oposto ao de Mendonça. Relator do inquérito das fake news, o magistrado lida com o tema desde 2019.

O ministro tem se dedicado ao tema também fora do STF. Em meio a embates com grandes empresas de tecnologia, ele fez um discurso de cerca de 40 minutos aos novos alunos da Faculdade de Direito da USP em fevereiro com várias críticas às big techs.

"Elas não são neutras. São grupos econômicos que querem dominar a economia e a política mundial, ignorando fronteiras, ignorando a soberania nacional de cada país, ignorando legislações, para terem poder e lucro."

O que está em jogo na ação do Marco Civil

O que é o **Marco** Civil? Lei que regula a **internet** no país; o artigo 19 diz que as redes estão sujeitas a pagar indenização se mantiverem conteúdo após a Justiça ordenar retirada.

Qual a discussão sobre esse artigo?

O artigo visava garantir a liberdade de expressão, mas críticos citam desincentivo à retirada de conteúdo nocivo.

O que o STF pode decidir?

A corte pode manter o artigo 19 ou pode torná-lo inconstitucional e derrubá-lo. Pode manter o artigo, mas dando a ele nova interpretação ou impor regras

Continuação: Mendonça retoma julgamento do Marco Civil da Internet com voto favorável às Big Techs

na ação.

Como seria um caminho intermediário?

A corte pode estabelecer mais hipóteses para remover conteúdo sem decisão, além de violação a **direitos** autorais e divulgação de nudez não consentida; também pode criar um "dever de cuidado" pelas redes, ou regras para conteúdo impulsionado por pagamento.

O que defendem as big techs?

Para as empresas, a melhor alteração da norma pela corte envolve a notificação para responsabilização, evitando a responsabilização por conteúdo postado.

Unicamp chega a maior número de transferências de tecnologias

SÃO PAULO



Novos projetos incluem bioestimulante natural a base de cana-de-açúcar e tecnologias voltadas para a prevenção de acidentes no trabalho. Transferência leva o conhecimento desenvolvido na universidade às entidades e empresas.

A Agência de Inovação da Unicamp (Inova) informou que atingiu a marca de 233 contratos ativos de **transferência** de tecnologia ativos em 2024. Além de representar aumento de 9,9% em relação ao ano anterior, o número tornou-se o maior já registrado na série histórica da instituição.

A **transferência** de tecnologia envolve a transferência de conhecimentos, técnicas e processos de produção para uma entidade ou empresa, com o objetivo de gerar valor econômico e social.

Os dados foram divulgados nesta terça-feira (3) e, segundo a agência, o marco é resultado de 32 novos contratos de **transferência** de tecnologias, que geraram R\$ 1,2 milhão em ganhos econômicos, além de benefícios sociais de licenciamentos gratuitos.

"A **transferência** de tecnologia constitui um meio de transformar a excelência da Unicamp e o conhecimento resultante de suas pesquisas em produtos, processos e serviços que beneficiam a sociedade", defendeu Renato Lopes, diretor-executivo da Inova Unicamp.

Entre os licenciamentos e **patentes** transferidos no último ano, foram licenciadas 19 **patentes** de invenção nacionais e também 5 **patentes** de invenção internacionais.

Os projetos incluem uma tecnologia de bioestimulante natural a base de cana-de-açúcar, e quatro tecnologias voltadas para a prevenção de acidentes no trabalho - veja mais detalhes abaixo.

Além disso, também foram transferidos outros ativos de propriedade intelectual protegidos da Universidade Estadual de Campinas (SP), como programas da computação e conhecimentos técnicos nos formatos de fornecimento de know-how.

Bioestimulante natural Licenciada para uma startup, a tecnologia que propõe o uso da cana-de-açúcar para produzir nanopartículas fluorescentes de carbono prevê criar um bioestimulante natural destinado ao crescimento e proteção de plantas.

O projeto surgiu de uma iniciativa dos estudantes universitários, que chegaram a vencer a edição de 2022 do Desafio Unicamp, na categoria de empreendedorismo.

A partir dessa vitória, a equipe se consolidou como empresa e licenciou a tecnologia, que foi testar novas soluções para o mercado.

Prevenção de acidentes de trabalho "Empresa-filha" formada por ex-alunos da Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM) da Unicamp, uma startup na área de engenharia licenciou quatro tecnologias que oferecem soluções de segurança e mitigação de acidentes em plantas industriais.

Um dos licenciamentos permite que empresas de pequeno porte realizem análises de consequência de

Continuação: Unicamp chega a maior número de transferências de tecnologias

acidentes, um tipo de estudo para a segurança operacional.

Outra ferramenta considerada como pioneira simula explosões acidentais em plantas industriais, promovendo a prevenção e diminuição de situações de riscos.

A startup também licenciou um método e um programa de computador, que quando utilizados juntos, otimizam a quantidade e o posicionamento de detectores de vazamentos de gás.

Produtos desenvolvidos na Unicamp estão cada vez mais presentes no mercado, aponta Inova

'Empresas-filhas'O número de "empresas-filhas" na Inova também apresentou aumento em 2024. De acordo com a agência, a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (Incamp) calculou uma alta de 23,3% de empresas em seu programa, totalizando 37 incubadas ou pré-incubadas e 64 graduadas até o final de 2024.

Estas empresas-filhas são empreendimentos criados por profissionais ligados à Unicamp, - como ex-alunos, funcionários e professores - ou que tenham como atividade principal uma tecnologia licenciada da instituição.

As empresas também são consideradas "filhas" quan-

do incubadas ou graduadas pela Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (Incamp). Ou ainda os negócios que possuem como base um conhecimento, que pode ser protegido ou não, mas formado na Unicamp, estas são conhecidas como spin-offs acadêmicas.

PatentesAtualmente, a Inova gerencia 1.354 patentes vigentes (nacionais e internacionais), sendo que, em 2024, foram depositados 78 pedidos de patente no Brasil, o que representa um aumento de 52,9% em relação ao ano anterior.

Outros 11 pedidos de patente no exterior, que tiveram a participação de 279 inventores da Unicamp e instituições e empresas parceiras, além de 17 unidades de ensino, centros e núcleos da Universidade, com destaque para as áreas de Alimentos e de **Biotecnologia.**

A Inova Unicamp também contabiliza outros ativos de propriedade intelectual da Unicamp, tendo registrado no acumulado, até 2024, 386 programas de computador e 159 marcas registradas.

VÍDEOS: saiba tudo sobre Campinas e Região Campinas

Nordeste é o maior centro de cigarros piratas do país



Do total de tabaco vendido, 43% têm origem ilícita; mas Maranhão lidera no estado com 70% de mercadoria ilegal

A **pirataria** é um problema crônico no país, persistente e multifacetado que afeta diversos setores da economia. O problema está enraizado em fatores sociais, econômicos e culturais. Falta de fiscalização suficiente e a tolerância social dos consumidores, que não encaram a procedência ilícita como crime, são alguns dos fatores que não ajudam no combate da **pirataria**. Especificamente o comércio ilegal de tabaco é um dos negócios do crime organizado, segundo especialistas. O mais recente estudo Instituto de Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec) revela que o Nordeste tem a maior participação regional de cigarros ilícitos do país. De cada 100 cigarros, 43 são piratas.

Mas em alguns estados da região esse índice é ainda maior. O estado campeão da região é o Maranhão, onde 70% da mercadoria vendida é ilegal e movimentada R\$ 356 milhões para o crime organizado em 2024. O prejuízo é contabilizado a partir da evasão fiscal que chega a R\$ 111 milhões neste período. Piauí e Rio Grande do Norte ficam em segundo lugar, ambos com 68% dos cigarros comercializados de origem ilícita.

O levantamento foi encomendado pelo Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (Fnncp), conhecido pelo trabalho nesta área. "O cigarro contrabandeado é um dos pilares financeiros dessas

facções", analisa Edson Vismona, presidente do Fórum. "Ignorar este elo é permitir que o crime siga se fortalecendo." Esse nicho não é formado apenas de marcas genéricas, de acordo como levantamento, há também verdadeiras cópias das marcas de cigarros paraguaios contrabandeados, que são produzidas no . No ano passado, foram fechadas 9 fábricas deste tipo. Nos últimos 13 anos, 64 empresas foram desativadas em todo país.

Em 2024, as perdas associadas à **pirataria**, contrabando e **falsificações** atingiram cerca de R\$ 468 bilhões, o maior valor registrado na última década, segundo Fnncp. Abaixo os setores mais afetados:

Vestuário: R\$ 87 bilhões.

Bebidas alcoólicas: R\$ 85,2 bilhões.

Combustíveis: R\$ 29 bilhões.

Higiene pessoal, perfumaria e cosméticos: R\$ 21 bilhões.

Defensivos agrícolas: R\$ 20,5 bilhões.

Setor audiovisual (**pirataria** digital): R\$ 4 bilhões

Leia:

+<https://veja.abril.com.br/comportamento/banalizacao-da-pirataria-quadruplica-prejuizo-em-uma-decada/>

+<https://veja.abril.com.br/coluna/radar-economico/as-perdas-milionarias-da-la-liga-com-pirataria-digital/>

Â

Continuação: Nordeste é o maior centro de cigarros piratas do país

Giro VEJA - terça, 3 de junho PGR fecha cerco contra Zambelli após saída do país por 'pressão judicial' A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prisão preventiva da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) após o anúncio de que a parlamentar havia deixado o país. Ela alega sofrer pressão judicial e censura de expressão e está atualmente nos Estados Unidos, de onde deve partir para a Europa - ela tem cidadania italiana. Os desdobramentos da decisão e a sinalização do go-

verno Lula sobre alternativas ao aumento do IOF são os destaques do Giro VEJA.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3, 14

Arbitragem e Mediação
3

Propriedade Intelectual
10

Patentes
10, 17

Pirataria
11, 19

Marco Civil
14

Inovação
17